

The cover features a central illustration of a small green plant growing from a stack of gold coins. Several hands are shown interacting with the scene: one pours water from a white teapot, another holds blue fertilizer granules, and others are stacking or holding coins. The background is a soft, greenish-yellow gradient.

# Economia Ecológica

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan  
(Organizador)

# **Economia Ecológica**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E19	Economia ecológica [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-23-9 DOI 10.22533/at.ed.239182908  1. Economia ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. I.Pavan, Lucca Simeoni. II. Título.  CDD 333.7
-----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Um dos temas recentes que vem obtendo maior destaque no estudo da economia, principalmente entre aqueles que não seguem a corrente de pensamento dominante é a Economia Ecológica.

Estudos econômicos que incorporam em sua análise as questões do meio ambiente são de fundamental importância se um país pretende atingir um nível de crescimento alto e sustentável.

Os modelos convencionais equivocadamente, não se preocupam com questões ambientais e ecológicas. Além disso, os modelos que tratam de questões relacionadas ao meio ambiente e recursos naturais acabam sendo marginalizados e não fazem parte do núcleo duro da discussão acadêmica entre os principais economistas de grande universidades.

A falta de tratamento de questões ecológicas me parece ser uma falha na construção do conhecimento e da ciência econômica. Este livro é muito bem vindo, pois colabora com a discussão da economia e da incorporação do tema meio ambiente e ecologia nas decisões econômicas e nos estudos científicos.

Neste livro podemos encontrar diversos trabalhos que incorporam na discussão econômica os aspectos ecológicos e ambientais das decisões econômicas e trazem ao centro o debate sobre economia, o meio ambiente, e como as decisões econômicas podem afetá-lo hoje e no futuro. As formas de se cumprir esta tarefa são variadas, podemos citar os trabalhos que tratam de índices de desenvolvimento sustentável ou ambiental, descrevendo sua evolução ao longo do tempo para o Brasil ou regiões. Tais índices também são analisados espacialmente, destacando a localização dos municípios conforme seu nível de desenvolvimento ambiental.

Os aspectos teóricos também fazem parte dos temas abordados neste livro, comparando os conceitos da economia neoclássica e economia ecológica ou ambiental e inserindo também discussões jurídicas que abordam este assunto. Portanto, este livro contribui imensamente com a discussão da economia ecológica e ambiental apresentando diversos trabalhos das mais variadas metodologias e objetivos de pesquisa. Propiciando ao seu leitor uma rica variedade de estudos que incorporam questões tão importantes como o meio ambiente, ecologia e recursos naturais aos estudos da ciência econômica.

Lucca Simeoni Pavan  
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“ECONOMIAS” DO MEIO AMBIENTE – CONCEITOS BÁSICOS E ALGUMAS CORRENTES TEÓRICAS	
<i>Rodrigo de Campos Macedo</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
O HOMEM DO CAMPO E O CLIMA: PERCEPÇÃO PARA A REGIÃO DE ANÁPOLIS E ENTORNO	
<i>Joana D’arc Bardella Castro</i>	
<i>Jorge Madeira Nogueira</i>	
<i>Talita Freitas Souza</i>	
<i>Adilson Bicudo Rocha</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
GESTÃO DE PROCESSOS EM UMA INDÚSTRIA CERÂMICA: SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SIMBIOSE INDUSTRIAL	
<i>Jorge da Cunha Martins Sousa</i>	
<i>Luís Henrique dos Santos Silva Sousa</i>	
<i>Eldelita Águida Porfírio Franco</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI	
<i>Ademar Maia Filho</i>	
<i>Alexsandra Salvador da Silva</i>	
<i>Carlos Wagner Oliveira</i>	
<i>Ana Célia Maia Meireles</i>	
<i>Francisco Roberto de Azevedo</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
ANÁLISE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS REALIZADAS EM COMUNIDADE TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BAHIA	
<i>Maria Aparecida Conceição Nunes</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
A REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DO CARIRI – REDE FASOL CARIRI	
<i>Ademar Maia Filho</i>	
<i>Maria Ayrilles Macêdo</i>	
<i>Luiza Maria Valdevino Brito</i>	
<i>Ana Célia Maia Meireles</i>	
<i>Victória Régia Arrais de Paiva</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES AMBIENTAIS DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM UBERLÂNDIA – MG	
<i>Flávia Alice Borges Soares Ribeiro</i>	
<i>Fabrcio Pelizer de Almeida</i>	
<i>Victoria Oliveira Rios Leite</i>	
<i>Karoline Viana Martins</i>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE PARA O BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO ENTRE 2004 E 2014	
<i>Jéssica Brum Suárez Quevedo</i>	
<i>Debora Nayar Hoff</i>	
<i>João Garibaldi Almeida Viana</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>123</b>
THE GEORGESCU-ROEGEN VERSUS SOLOW/STIGLITZ FORUM AS THE EPITOME OF THE THERMODYNAMIC CRITICISM TO GROWTH THEORY	
<i>Marco Paulo Vianna Franco</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>135</b>
TEMPO E SISTEMAS COMPLEXOS: ADAPTAÇÃO, PARASITISMO E SUSTENTABILIDADE	
<i>Marcos Henrique Godoi</i>	
<i>Daniel Lemos Jeziorny</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>154</b>
MODELO PARA ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO	
<i>Armando Kokitsu</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>169</b>
O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO, PROSPERIDADE E BEM-ESTAR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA	
<i>Thays Regina Rodrigues Pinho</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>187</b>
ANÁLISE MORFOMÉTRICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS PEDRAS, UBERLÂNDIA – MG	
<i>Alisson Martins de Oliveira</i>	
<i>Fabício Pelizer de Almeida</i>	
<i>Flávia Alice Borges Soares Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>205</b>
A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA NO DIREITO: INCERTEZAS CIENTÍFICAS E O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	
<i>Maria Carolina Rosa Gullo</i>	
<i>Moisés João Rech</i>	
<i>Renan Zenato Tronco</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>222</b>
ECONOMIA NEOCLÁSSICA E ECONOMIA ECOLÓGICA: PARADIGMAS DISTINTOS PARA A PESCA MARINHA	
<i>Diana Mendes Cajado</i>	
<i>Antônio Jeovah de Andrade Meireles</i>	
<i>Fábio Maia Sobral</i>	
<i>Francisco José Lopes Cajado</i>	
<i>Luisa Janaína Lopes Barroso Pinto</i>	

**CAPÍTULO 16 ..... 237**

ACORDOS CLIMÁTICOS E OS INSTRUMENTOS DE REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA À LUZ DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

*Augusta Coelho Santana*

*André Luís Rocha de Souza*

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 255**

## ANÁLISE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS REALIZADAS EM COMUNIDADE TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BAHIA

**Maria Aparecida Conceição Nunes**

Universidade Tiradentes (UNIT), Programa Saúde e Ambiente  
Aracaju - SE

**RESUMO:** O referido artigo tem como objetivos analisar a pesquisa de mestrado desenvolvida na comunidade de Fundo de Pasto Canaã, localizada no município de Sobradinho, BA, que tem como tema central o etnodesenvolvimento em comunidades rurais produtivas e descrever as características das atividades produtivas da comunidade, dimensionando as práticas comunais e sua relação com os componentes naturais. Tem como foco a organização das atividades produtivas e ambientais com base no pastoreio da caprinovinocultura e uso comum dos componentes naturais. Com a conclusão da pesquisa, a mesma poderá servir de subsídio para outros estudos e programas de gestão nas áreas produtiva e ambiental, analisando-se como ocorre a gestão e sua aplicabilidade em comunidades tradicionais.

**PALAVRAS CHAVES:** Fundo de Pasto. Atividades produtivas. Sistema comunal. Comunidade tradicional.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to analyze the mastership research developed

in the community of “Fundo de Pasto Canaã”, located in the municipality of Sobradinho, Bahia, whose central theme is ethnodevelopment in productive rural communities and to describe the characteristics of the productive activities of the community, evaluating the communal practices and their relation with the natural components. It focuses on the organization of productive and environmental activities based on grazing of caprinovinocultura and common use of natural components. With the conclusion of the research, it can serve as a subsidy for other studies and management programs in the productive and environmental areas, analyzing how management occurs and its applicability in traditional communities.

**KEY WORDS:** “Fundo de Pasto”. Productive activities. Communal system. Traditional community.

### 1 | INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar a pesquisa de mestrado intitulada “Modo de vida de comunidades de fundo de pasto e sua relação com os componentes naturais da caatinga no município de Sobradinho, BA”, que tem como tema central o etnodesenvolvimento em comunidades rurais, que desenvolvem suas práticas produtivas voltadas à caprinovinocultura



no sertão baiano.

Entendemos etnodesenvolvimento como um modelo alternativo de desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade (STAVENHAGEN, 1985). Para tanto, precisamos respeitar a autonomia e a autodeterminação dos Povos de tradição.

Nesta comunidade, os membros trabalham com agricultura de subsistência, criação de caprinos e ovinos à solta em um sistema de uso comunal dos componentes naturais hoje denominados Fundo de Pasto (GARCEZ, 1987). Atualmente, sofrem com a diminuição da sua população devido ao êxodo rural, ocasionado pela falta de estrutura básica e de investimentos para produção.

Na comunidade de fundo de pasto em questão, há em sua estrutura organizacional a figura da associação, entidade de direito civil pública, que permite maior representatividade dos seus membros diante das instituições governamentais.

A comunidade de Fundo de Pasto Canaã tem características rurais e urbanas, uma vez que possui uma relação de interação e dependência com a sede do município. Esta relação se dá em função da procura por serviços básicos (saúde, educação, energia), inexistentes no seu local. Todo este processo de relação entre o rural e o urbano faz com que as famílias possuam também residência na área urbana como suporte ao acesso dos serviços. Mesmo com essa falta de infraestrutura, alguns membros da comunidade resistem em seu espaço e práticas tradicionais, mantendo uma relação constante entre o ambiente urbano e rural.

Fazendo uma reflexão ao arcabouço jurídico do Estado da Bahia, as comunidades de fundo de pasto amparam-se no Art. 178 da sua Constituição:

“No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a esta transferência do domínio”.

Atualmente, o Governo do Estado da Bahia está com o processo de regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos e por fundo de pastos ou fechos de pasto, baseado na Lei n. 12.910/2013, que autoriza a concessão de direito real de uso das referidas terras.

No entanto, nem todas as comunidades de fundo de pasto corroboram com este encaminhamento e reivindicam a titulação da propriedade e posse das terras coletivas em nome da Associação, pessoa jurídica que as representam. As comunidades fundamentam-se na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que amplia os direitos legais. Conforme o Art. 14, dever-se-á “reconhecer aos povos interessados os direitos legais de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (SHIRAISHI, 2007).

Considerando que comunidades de Fundo de Pasto constituem, portanto, formas

tradicionais de organização social, culturalmente diferenciadas de outras, cultivando a terra de forma comunitária mediante o cultivo extensivo da caprino e ovinocultura e baseadas na prática de técnicas e hábitos transmitidos pela tradição secular, as mesmas consideram frágil a condição de concessão das terras tradicionalmente ocupadas.

Comunidades como as de fundo de pasto persistem com seu modo de vida diante da implantação de empreendimentos do setor elétrico, conflitos de terra, implantação de projetos agropecuários, implantação de unidades de conservação de uso integral, falta de políticas públicas voltadas aos serviços básicos e de infraestrutura para produção.

Porém, o sistema adotado por estas comunidades possui risco de desaparecimento devido às ações externas e internas com o superpastoreio do rebanho de caprinos, ovinos e bovinos nas áreas comuns (HARDIN, 1968). Essa situação pode ocorrer, caso não se efetive um planejamento do uso sustentável dos componentes naturais e implementações de programas de gestão, como também implantação de estruturas básicas para manutenção dos membros nas suas terras.

Mesmo diante desta ameaça, o que se constata em muitas comunidades tradicionais sob o sistema comunal, é que estão conseguindo se manter ao longo do tempo, fato evidenciado por Ostrom (1990) em comunidades com base no uso dos bens comuns, a exemplo das pastagens comuns em Torbel na Suíça.

Com base nos dados quantitativos obtidos pela pesquisa, a comunidade tradicional de fundo de pasto Canaã possui 24 famílias, mas apenas 11 famílias vivem diretamente da criação de caprinos e ovinos sob o sistema comunal, o que faz com que se mantenham nas suas propriedades, resistindo aos diversos problemas. Devido à falta de políticas públicas apropriadas, algumas famílias acabaram buscando a sua renda no ramo da construção civil, nos projetos de irrigação da região, emigrando para a área urbana do município e para grandes centros urbanos da região sudeste (Minas Gerais e São Paulo).

Atualmente, a base da economia da comunidade está alicerçada na aposentadoria, a venda do rebanho e programas sociais, a exemplo da bolsa família. Cenário este que poderia ser minimizado a partir do processo de autorreconhecimento e certificação das áreas coletivas, garantindo a permanência das famílias nas áreas e possibilitando o acesso às políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais.

## **2 | FUNDO DE PASTO, UMA REALIDADE NO SERTÃO BRASILEIRO**

No período da colonização, foi estabelecida a pecuária extensiva com a implantação dos currais e grandes áreas foram ocupadas para criação de gado com a finalidade de abastecer a Torre em Salvador, BA, iniciando assim parte da história desta região.

À época, o gado era criado à solta com água dos mananciais e lagoas nas áreas das caatingas, atividades que perduraram por várias décadas até a decadência dos “Currais” devido à queda da produção da cana-de-açúcar no litoral. Nas áreas junto aos currais, era permitida a criação de pequenos animais e cultivo de subsistência, roçados destinados aos plantios de feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar, mandioca e algodão pelas famílias dos vaqueiros, indígenas e negros, formando as primeiras comunidades rurais e iniciando os primeiros aglomerados. Os moradores destas comunidades podiam caçar, pescar e coletar outros alimentos principalmente frutos, o que contribuiu para formar uma sociedade extrativista por excelência (MMA, 2004).

O conceito de Fundo de Pasto, segundo relatos de membros dessas comunidades, “é um jeito simples de viver no sertão, um modo de vida que preserva a memória dos antepassados e mais velhos; relação de compadrio com diversidade cultural, étnica e com forte presença do vaqueiro” (ALMEIDA, 2006).

Estas comunidades concentram-se na região do Rio São Francisco, porção baiana, na região do Lago de Sobradinho, Juazeiro até Uauá, como também na região do Piemonte da Chapada (Senhor do Bonfim) e nos municípios de Barra e Buritirama. Segundo Ferraro e Bursztyn (2008), existem 500 comunidades com registro de aproximadamente 20.000 famílias espalhadas por 30 municípios do Estado da Bahia.

### **3 | FUNDAMENTOS DO DIREITO DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O TRADICIONAL**

Por se tratar da análise de uma pesquisa desenvolvida em comunidade tradicional de fundo de pasto reporta-se à fundamentação do direito do trabalho no aspecto do direito de organização da produção com especial ênfase na regulação do mercado de trabalho, aqui apresentado numa lógica coletiva de produção, relacionando-a à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 2004.

Com base na referida convenção, os membros de comunidades tradicionais podem ter acesso a uma série de direitos específicos, ao mesmo tempo em que continuam podendo acessar todos os direitos disponíveis ao cidadão brasileiro comum.

O Artigo 2º da convenção supracitada menciona que:

“Cabe aos governos garantir a proteção dos territórios, suas organizações, suas culturas, suas economias, seus bens e o meio ambiente em vivem, propiciando condições necessárias para desenvolver sua relação de trabalho com base nas suas atividades produtivas”.

Já o Artigo 14, trata dos direitos territoriais, condição primordial da economia e relação de trabalho das comunidades tradicionais por desenvolverem as mesmas sob a gestão do uso comum de terras e aguadas com a produção voltada à melhoria da qualidade de vida.

Para as comunidades tradicionais, o Decreto 6.040/07 que trata da Política

Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais garante a estas comunidades o acesso à gestão facilitada, aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo, possibilitando a ampliação das relações de trabalhos com outros atores do processo.

Portanto, tais comunidades ao desenvolverem suas atividades produtivas detêm de direitos específicos que possibilitarão a abertura das relações de trabalho à medida que ampliem a gestão no aspecto da produtividade sem perder a dimensão sustentável dos recursos naturais.

#### **4 | COMUNIDADE TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO E SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS**

A partir de pesquisas e coletas de dados sobre a comunidade de fundo de pasto Canaã foi possível constatar que essa comunidade possui uma intrínseca relação com a caatinga, que passa pela estreita dependência no processo produtivo, marcado pelo pastoreio do rebanho, o plantio orgânico de leguminosas (milho, feijão, sorgo) que ocorre no período chuvoso.

Segundo Nunes (2010), nesta comunidade as áreas desmatadas e destinadas ao plantio de subsistência são em torno de 08 hectares (ha) para uso individual. As áreas coletivas de Fundo de Pasto compreendem 1.549,37 ha que correspondem a 87% de toda a área da associação, pessoa jurídica, fazendo com que o fundo de pasto represente uma área de reserva nutricional e de conservação de componentes naturais de caatinga.

Nestas áreas, podem ser desenvolvidas práticas diversas (pastoreio, extrativismo, uso de aguadas) que se mostram como um importante potencial para ampliação de práticas sustentáveis com o intuito de agregar renda e melhor qualidade de vida a essas comunidades.

A comunidade tradicional de Fundo de Pasto Canaã possui um rebanho de caprinos e ovinos que totalizam 2392 cabeças, possuindo condições para sua ampliação por representar uma densidade de 0,66% que atende à capacidade de suporte estabelecida pelos órgãos oficiais de 1 a 3 cab/ha. Para tanto, faz necessário o manejo sustentável, o recaatingamento e ampliação das áreas plantadas para suprir a alimentação do rebanho devido aos longos períodos de estiagem que afetam diretamente na perda da vegetação forrageira.

Partindo da constatação de que a comunidade possui potencial para aumento do plantel frente à capacidade de suporte estabelecida pelos órgãos competentes, acredita-se que esta comunidade detenha possibilidades reais para uma autonomia econômica mediante incremento no plantel e um manejo adequado sob um planejamento para uma gestão estratégica voltada à sustentabilidade.

Tomando como base os estudos de Nunes (2010) sobre a análise dos dados frente

à renda da unidade familiar que são: comercialização do rebanho, aposentadoria e outras fontes, a pesquisa mostra que a renda proveniente da aposentadoria representa 28,18%, demonstrando um equilíbrio com a renda proveniente da comercialização do rebanho de caprino/ovino que representa 26,88%. O referido estudo concentrou os dados também relacionados a outras fontes: venda de subproduto da caprinovinocultura (esterco, couro) e outros produtos da unidade produtiva, representando 44,92% da renda.

Com a análise dos dados acima e mesmo com todo potencial, é possível verificar que a comunidade apresenta fragilidade quanto à sustentabilidade econômica e manutenção das famílias em seu território tradicional.

Faz-se urgente o planejamento com regras predefinidas que levarão a uma autonomia econômica com sustentabilidade e não ao esgotamento dos recursos naturais, este vinculado à teoria de Hardin (1968) em “*tragédia dos comuns*”.

Um planejamento participativo com a construção dos planos, programas e ações focados num conjunto geográfico, biológico e fitogeográfico regional, dimensionando as particularidades das caatingas, ambientes secos, de rios “secos”, drenagem intermitente, brejos, diferentes tipos de solos, vegetação, cultura e formas de organização social, fará com que não ocorra o esgotamento dos componentes naturais e o desaparecimento do modo de vida.

Sabendo-se que a gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades, e que esse saber se forma ao longo da história a partir de formas de manejo sustentável dos recursos locais, LEFF (2001) ressalta as formulações simbólicas e as práticas sociais apreendidas pela troca de saberes entre gerações. E que, segundo Sabourin (2009), obedecem a uma dinâmica reciprocidade binária coletiva em que todos estão diante de todos.

Os Fundos de Pasto corroboram com os autores supracitados por deterem uma lógica própria de convivência com a caatinga com os componentes naturais. Por isso, esses valores não podem ser perdidos sob pena de se perder uma forma específica de gerir sob sistema comunal e de forma sustentável. Para Leff (2001):

“O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição potencial do processo de produção”.

Segundo Aziz Ab’Sáber (2003): “*Os sertanejos têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões secos. Vinculado a uma cultura de longa maturação*”. Os Fundos de Pastos estão neste contexto, inseridos nos ambientes que se encontram vaqueiros/caatingueiros, vazanteiros, caprinovinocultores, fundo de pasto.

Diante deste contexto e numa análise do etnodesenvolvimento, apresenta-se também o conceito de sustentabilidade definido por Camino; Muller, (1993, p. 134):

“A sustentabilidade ecológica implica na manutenção no tempo das características fundamentais do ecossistema sob uso quanto aos seus componentes e suas interações; a sustentabilidade econômica se traduz por uma rentabilidade estável no tempo; a sustentabilidade social está associada à ideia de que o manejo e a organização do sistema são compatíveis com os valores culturais e éticos do grupo envolvido e da sociedade...”.

Amparados nestas discussões de sustentabilidade e nas discussões de planejar, realizadas por Sachs (1994) que são sobre a importância do planejamento, mas um planejamento realista e realizador, isto é, o planejamento deve permitir o estudo sério e aprofundado das condições que envolvem um dado projeto que vise desenvolver um espaço em certo tempo, ressaltando não só as conquistas possíveis, mas também todas as dificuldades encontradas e permitindo, assim, a antecipação de falhas e não apenas prometendo um ótimo utópico. Além disso, um bom planejamento deve ser flexível, pois a realidade é dinâmica. Sob esse raciocínio, as comunidades de Funde Pasto atingirão o sucesso da gestão ambiental com suas práticas produtivas e interrelação com os componentes naturais com a preservação do seu jeito de viver no sertão.

## 5 | CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A análise realizada veio a contribuir com o entendimento deste tipo de organização, que são os Fundos de Pasto, grupos que desenvolvem suas atividades tendo como base o sistema comunal de uso de aguadas, de terras e dos recursos naturais.

Fica registrada a necessidade da recuperação de áreas degradadas, de poços tubulares e estradas já existentes, implantação de infraestrutura a exemplo de pequenas barragens comunitárias para regularização hídrica e manutenção de espécies florísticas naturais, implantação de adutora ao acesso de água para plantio, construção de plano de ação na área ambiental voltada à gestão e à educação, turismo sustentável gerido pelos próprios membros da comunidade.

Entende-se que para a eficiência de ações voltadas para estas comunidades, se fazem necessários o planejamento, a gestão descentralizada e o repasse de subsídios com garantia de recursos orçamentários contemplados nos programas e diretrizes de planejamento e orçamento – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, no intuito de oferecer condições reais de sustentabilidade econômica e ambiental.

Com a implementação destas ações provocadas por suas práticas sob a base comunal, estratégias que levem a sustentabilidade econômica e fortaleçam a sua sustentabilidade ambiental possibilitarão a permanência dos membros da comunidade no seu ambiente, mantendo-se a partir das suas atividades produtivas e uso comum dos componentes naturais.

## REFERÊNCIAS

- AB`SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terras de quilombo, terras de indígenas, “Babaçuais livres”, “Castanhais do povo”, Faxinais e Fundo de Pasto**: Terras tradicionalmente Ocupadas. Manaus: Universidade do Amazonas, 2—6.
- BAHIA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, **Anais da Constituinte**. Salvador, 1989.
- CAMINO, R.; MULLER, S. **Sostenibilidad de la agricultura y los recursos naturales**: bases para establecer indicadores. San José: IICA, 1993. p.134.
- FERRARO JR, L. A.; BURSZTYN, M. **A margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos Fundos de Pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534–1982)**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Sociedade e Ambiente–ENANPPAS, v. 5, 2008.
- GARCEZ, Angelina N. R. **Fundo de Pasto**: um projeto de vida sertanejo. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.
- GONÇALVES, E.L. **Opara**: formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro, BA, 1997. p. 249.
- HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science: EUA, 1968.
- IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa.2011>> Acesso em: 10 ago. 2016.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis –RJ: Vozes, 2001.
- MMA. **Biodiversidade da caatinga: áreas prioritárias para conservação**. Brasília, DF: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.
- NUNES. M. A. C. **Modo de Vida de comunidade de fundo de pasto e sua a relação com os componentes naturais de caatinga no município de Sobradinho, BA**. Ilhéus, BA: UESC, 2010.
- OSTROM, E. **Governing the common**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. p. 280.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP, 1998.
- SABOURIN, E. CARON; P. & SILVA, P. D. **O manejo dos «fundos de pasto» no nordeste baiano**: um exemplo de reforma agrária sustentável. Raízes, v. 20, 2001. p. 90-102.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SHIRAISHI Neto, J. [org.] **Pareceres Jurídicos**: Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. Projeto Nova cartografia Social da Amazônia - n. 01. Amazonas. UEA, 2007.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário de antropologia 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-23-9



9 788585 107239